

**PARECER DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Ao Projeto de Lei nº 41, de 2022

Autoria: Poder Executivo.

Ementa: Autoriza o Executivo municipal a cumprir acordo firmado em processo judicial, procede à desafetação e autoriza a permuta de imóvel integrante do patrimônio público municipal e à afetação do bem a ser recebido pelo Município.

Relatoria: Vereador Cabo Dias.

Conclusão: Favorável.

**1. RELATÓRIO**

Por meio da Mensagem nº 30, de 9 de março de 2022, o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei nº 41, de 2022, que autoriza o Executivo municipal a cumprir acordo firmado em processo judicial, procede à desafetação e autoriza a permuta de imóvel integrante do patrimônio público municipal e à afetação do bem a ser recebido pelo Município.

A matéria foi recebida pelo presidente da Câmara e apresentada na 6ª Sessão Ordinária do dia 14 de março de 2022, recebeu então o despacho e foi encaminhada à Comissão de Legislação e Redação, e, durante a 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de março de 2022, onde teve seu parecer aprovado.

Por fim, a matéria foi encaminhada a esta Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), e, durante a 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de abril de 2022, foi designado este vereador como relator.

Em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 161 do Regimento Interno (RI), o parecer da CDS trata-se de manifestação especializada sobre o mérito da proposição.

**2. VOTO DO RELATOR**

Considerando o disposto no § 3º do artigo 162 do RI, tem-se que:

Tramitam na 2ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca, o processo sob nº 0003430-60.2013.8.16.0170 de Ação Reivindicatória de Propriedade, cumulada com Desfazimento de Construção e Indenização, no qual se busca a restituição de imóvel, além da execução de serviços ou pagamento de verbas, e o processo sob nº 0003402-92.2013.8.16.0170 de Ação de Revogação de Doação, cumulada com Perdas e Danos, em que se busca a revogação da doação de um barracão pré-moldado ou o pagamento de indenização no valor a ele correspondente, além de perdas e danos.

No dia 21 de janeiro de 2022, juntou-se ao processo o acordo firmado entre o Município e os Requeridos, sobre cuja homologação o Ministério Público já se manifestou favorável, condicionada a previa autorização legislativa, diante das vantagens que o mesmo representa ao Município e ao interesse público.



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000072

Ante o exposto, esse Projeto de Lei tem a finalidade de autorizar o Executivo municipal a cumprir o acordo firmado nos autos do processo. Porém, por se tratar de um procedimento de afetação e desafetação que decorre de uma permuta, tornou-se necessário analisar a vantagem para a administração pública na referida transação. Dessa forma, ao distribuir as obrigações para cada parte, verificou-se a viabilidade e a vantajosidade da formalização.

Portanto, por se tratar de institutos de direito real que agregam o fim público do bem imóvel, inexistente ilegalidade, bem como não impactará ao meio ambiente ou outras políticas públicas. Assim, conclui-se pela aprovação da matéria analisada.

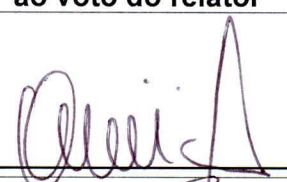
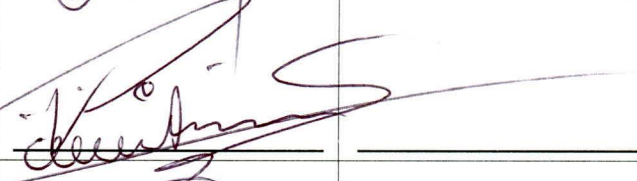
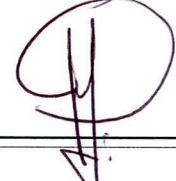
Em face do exposto, analisado o Projeto de Lei nº 41, de 2022, e considerados os objetivos que orientam sua propositura, o relatório é com parecer favorável à aprovação da proposição.

Câmara Municipal de Toledo, 19 de abril de 2022.

  
CABO DIAS  
Relator

### 3. PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, na apreciação do voto do relator apresentado ao Projeto de Lei nº 41, de 2022, votam:

Parlamentares	Data	Favorável ao voto do relator	Contrário ao voto do relator
GENIVALDO JESUS	19.04.22		
CHUMBINHO SILVA	19.04.22		
GABRIEL BAIERLE	19.04.22		
DAMIÃO SANTOS	19.04.22	